

Quadro informativo



Pregão Eletrônico N° 90016/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA ?

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto/Fechado**



Disputa



Julgamento



Habilitação



Fase Recursal



Adjudicação/ Homologação



Contratação na etapa de seleção de fornecedores ?

Avisos (16)

Impugnações (0)

Esclarecimentos (2)

09/01/2026 09:42



Senhores licitantes, após reanálise conclusiva da unidade demandante que considerou que a proposta ofertada pela licitante CERTIPRO CETIFICADORA LTDA, declarada vencedora e habilitada para o GRUPO1, não atendeu às especificações previstas em edital, apesar das diligências efetuadas, comunico que a proposta ofertada pela aludida licitante será desclassificada.

Sendo assim, respeitando o prazo mínimo de 24 horas entre o aviso e a data da reabertura do certame, comunico que procederemos ao retorno à fase de julgamento das propostas para o Grupo1, ficando a reabertura da sessão programada para ocorrer no dia 13.01.2026, às 9 horas(horário de Brasília).



09/01/2026 08:41



Em resposta ao Despacho ASSESD, doc SEI nº364/125, quanto à anotação restritiva de IMPEDIMENTO INDIRETO DE LICITAR referente à licitante CERTIPRO CETIFICADORA LTDA, vencedora do grupo1, com vínculo com a licitante CNPJ nº12.814.017/0001-61 - ATRAENTE MODAS LTDA, constante no relatório SICAF, doc SEI nº3612172, não obstante a nova sociedade empresarial ter sido constituída, após a aplicação da sanção e no prazo de sua vigência, pelo sócio da empresa declarada inidônea (ocorrências impeditivas indiretas), a nova empresa criada CERTIPRO CETIFICADORA LTDA as empresas envolvidas não atuam na mesma área, conforme se comprova nos relatórios SICAF, doc SEI nº 3612172, apesar de que a administradora da CERTIPRO ser cônjuge do sócio/administrador da Atraente Modas Ltda.

Instada a se manifestar, a licitante CERTIPRO CETIFICADORA LTDA anexou documento de defesa, doc SEI nº 3612172. Por oportuno, seguem excertos da aludida defesa:

A constituição da CERTIPRO CERTIFICADORA LTDA teve como objetivo exclusivo atuar de forma técnica e independente na área de certificação digital e tecnologia da informação, e não possui qualquer relação jurídica, contábil ou contratual com a ATRAENTE MODAS LTDA.

3. Conclusão

Diante do exposto, a CERTIPRO CERTIFICADORA LTDA reafirma que:

- Não possui qualquer vínculo societário ou operacional com a ATRAENTE MODAS LTDA;
- Não houve criação de empresa com o intuito de burlar sanções administrativas;
- Atua em ramo de atividade totalmente distinto, sem qualquer correlação comercial;
- E que não há previsão legal que impeça a participação em licitações com empresas de diferentes naturezas jurídicas ou atividades econômicas.

Por fim, por tudo que fora dito, considerando ainda que as pessoas jurídicas envolvidas possuem sede em estados diferentes (São Paulo e Bahia) e atuam em atividades comerciais bem distintas, entendemos que inexistem elementos robustos suficientes que tenham o condão de afastar a licitante CERTIPRO CERTIFICADORA LTDA de participar do presente certame licitatório.

Já no que concerne à suposta irregularidade da participação da licitante CERTIPRO CERTIFICADORA LTDA, do presente pregão eletrônico, concomitante à participação da licitante FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, para o mesmo Grupo1, doc SEI nº 3654792 e 3654961 e Despacho NUP, doc SEI nº3654968, após análise da situação concreta e da legislação e jurisprudência pertinentes, passamos a fazer as seguintes observações:

Não obstante as duas empresas atuarem na mesma área de negócio, não há vedação legal que impeça a participação de empresas com sócio em comum, no mesmo certame licitatório, disputando o mesmo item ou grupo. Nesse





demonstração de fraude à licitação exige a evidenciação do nexo causal entre a conduta das empresas com sócio em comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação (...)” (TCU, Acórdão 2803/2016 – Plenário, Representação, Relator Ministro Substituto André de Carvalho)

Ainda nesse sentido: No âmbito do Sistema Tribunais de Contas, há TCs dos entes subnacionais que adotam entendimento idêntico ao do TCU, como por exemplo os Tribunais de Contas de Pernambuco e de Mato Grosso do Sul: “(...) a participação em processo licitatório de empresas do mesmo grupo econômico ou cujos sócios em comum tenham relação de parentesco não constitui, só por si, irregularidade (...) a simples presença de sócios em comum não constitui conduta vedada pelo ordenamento jurídico. Tampouco é elemento suficiente para se concluir pela ocorrência de fraude à licitação (...)” (TCE/PE, Acórdão 984/2024 – Segunda Câmara, Processo: 20100162-7, Data da Sessão: 20/06/2024, Relator: Ruy Ricardo Harten) “A simples existência de relação comercial, amizade ou parentesco entre sócios de distintas empresas ou sócios em comum não demonstra, automaticamente, a caracterização de fraude pela participação dessas empresas numa mesma licitação, fazendo-se indispensável a demonstração da prática de ato com intuito de frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação. Inexistindo nas condutas reportadas relevância jurídica compatível com o comprometimento do certame, a denúncia merece improcedência, que enseja o arquivamento do processo” (TCE/MS, Acórdão 2213/2022 – Pleno, Processo: TC/5696/2021, Relator: Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo) Saindo do Sistema Tribunal de Contas, o cenário no âmbito do Poder Judiciário não é diferente, conforme se pode ver abaixo: “I. Não se depura do exame da legislação correlata a existência de vedação apriorística quanto à participação de licitantes com sócios em comum, ou com relação de parentesco, em um mesmo procedimento licitatório. II. Neste jaez, aflora que a alegativa de quebra de isonomia entre os participantes, com prejuízo do caráter competitivo do processo de seleção da proposta, depende de demonstração concreta, colhida do exame da prova documental pré-constituída nos autos. III. Não evidenciada a circunstância da violação a princípios administrativos, ou mesmo frustração da competitividade do procedimento licitatório, não há que se cogitar a anulação do certame.” (TJ-GO, 5478981.60.2017.8.09.0036, REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL, AMÉLIA MARTINS DE ARAÚJO – (DESEMBARGADOR), 1ª Câmara Cível, Publicado em 25/04/2019).

Sendo assim, em relação às empresas envolvidas, como não restou evidenciada qualquer demonstração da prática de ato com intuito de frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação; inexistindo ainda nas condutas reportadas relevância jurídica compatível que tenha comprometido a disputa no certame, como também a concomitante participação das duas empresas envolvidas não se revelou apta a demonstrar dolo específico de frustrar a competitividade do certame, de afastar concorrentes ou de obter habilitação/contratação indevida, por conseguinte, não comprometeu a ampla concorrência do certame, por tudo quanto dito, entendemos, ainda com base na manifestação da licitante, doc SEI nº 3666006, que não há fundamento legal para afastar a participação das empresas CERTIPRO CERTIFICADORA LTDA e FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA do presente certame licitatório.

No entanto, apesar dos motivos acima referidos, de natureza habilitatória, não terem o condão de inabilitar a empresa CERTIPRO CERTIFICADORA LTDA do presente certame licitatório, em resposta ao Despacho ASSESD, doc SEI nº3647125, a COSUP, unidade técnica, após revisão da sua análise, doc SEI nº3647600, que culminou com duas diligências complementares junto à licitante, doc SEI nº3649393 e 3654961, conforme condição 21,6. do edital, para saneamento das dúvidas técnicas relevantes, conforme despacho/Informação da COSUP, doc SEI nº 3649521, após análise da documentação enviada pela licitante e dos esclarecimentos prestados, a Manifestação técnica conclusiva da COSUP foi no sentido de que o produto ofertado pela licitante não atende às seguintes especificações do edital e do Termo de Referência, doc SEI nº 3649521:

À demonstração da capacidade operacional da proponente e à garantia de responsabilidade técnica integral, sem fragmentação da execução;

À finalidade do certificado digital utilizado para assinatura da proposta.

II – DA ANÁLISE DA RESPOSTA DA LICITANTE

1. Cadeia de Certificação AC JUS

A empresa foi expressamente instada a apresentar declaração emitida por Autoridade Certificadora integrante da cadeia AC JUS ou exemplo de certificado emitido contendo, no caminho de certificação, a cadeia AC JUS.

Todavia, a resposta apresentada não contém nenhum dos documentos solicitados. A empresa limitou-se a anexar contratos comerciais, declarações unilaterais e representações genéricas da estrutura da ICP-Brasil, as quais não comprovam objetivamente que os certificados ofertados serão emitidos pela cadeia AC JUS.

Ressalta-se que a exigência da cadeia AC JUS constitui requisito técnico essencial do Termo de Referência, não sendo passível de comprovação por mera autodeclaração da licitante.

Conclusão do item: requisito não atendido.

2. Postos de Atendimento e Possível Subcontratação

A diligência solicitou, de forma objetiva:

a apresentação da lista completa dos postos de atendimento;

o esclarecimento da natureza jurídica da relação com os parceiros operacionais;

a informação expressa acerca da existência ou não de subcontratação;

o envio do contrato firmado com a Interface Certificadora LTDA, com assinaturas digitais.

A empresa não apresentou a relação completa e organizada dos postos de atendimento. Foram juntados apenas registros isolados de diferentes Autoridades de Registro, sem indicação clara de quais seriam efetivamente utilizados para a execução do contrato, tampouco dos locais onde ocorreria o atendimento aos usuários.

Adicionalmente, não houve esclarecimento quanto à natureza jurídica das relações mantidas com os parceiros, tendo sido apresentado, inclusive, novo contrato com empresa diversa (PLUS ID Certificados Digitais LTDA), sem justificativa para a alteração do arranjo operacional anteriormente informado.

Tal circunstância aparentemente mostra a existência de subcontratação operacional, sem que tenha sido



3. Capacidade Operacional e Responsabilidade Técnica

Da análise dos documentos apresentados, verifica-se que a CERTIPRO não atua como Autoridade Certificadora nem como Autoridade de Registro, exercendo atividade de revenda/comercialização e dependendo de terceiros para a execução das atividades essenciais do objeto.

A empresa não apresentou esclarecimentos técnicos suficientes acerca de como seria garantida a responsabilidade técnica integral pela emissão, suporte, renovação e gestão dos certificados digitais, tampouco demonstrou mecanismos aptos a evitar a fragmentação da execução contratual, em desacordo com o Termo de Referência.

As declarações apresentadas são unilaterais e não acompanhadas de comprovação técnica ou contratual que assegure a assunção integral das obrigações perante a Administração.

Conclusão do item: requisito não atendido.

4. Certificado Digital Utilizado para Assinatura da Proposta

Foi solicitado esclarecimento quanto à finalidade do certificado digital utilizado para assinatura dos documentos, uma vez que este se encontra vinculado a cadeia diversa da AC JUS.

A empresa não respondeu objetivamente ao questionamento, limitando-se a utilizar certificado de outra cadeia sem esclarecer se tal certificado se destina apenas à assinatura documental ou se guarda relação com a cadeia de emissão dos certificados ofertados.

Conclusão do item: requisito não atendido.

III – CONCLUSÃO TÉCNICA

Após análise conclusiva da resposta apresentada à diligência complementar, verifica-se que a empresa CERTIPRO CERTIFICADORA LTDA não atendeu aos pontos essenciais solicitados, permanecendo pendentes falhas técnicas relevantes, notadamente:

ausência de comprovação da emissão dos certificados pela cadeia AC JUS;

inexistência de definição clara dos postos de atendimento e da estrutura operacional;

caracterização de subcontratação não declarada;

ausência de demonstração de responsabilidade técnica integral e de não fragmentação da execução.

Diante do exposto, não restou comprovada a aderência da proposta aos requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência, não sendo possível considerar a diligência saneada.

Sendo assim, com fulcro em nova e conclusiva manifestação da área técnica da unidade demandante (COSUP), apesar das diligências efetuadas junto à licitante, para apresentação de defesa, manifestação e juntada de novos documentos, restou comprovado o NÃO atendimento às especificações previstas em edital e no Termo de Referência, com isso, após revisão da análise da unidade demandante e diligências efetuadas, a proposta ofertada pela licitante para o GRUPO1 deverá ser desclassificada, implicando, com isso, o retorno à fase de julgamento das propostas e a convocação das demais licitantes, em ordem de classificação, referente ao Grupo1.

18/11/2025 18:08



Senhores licitantes, devido ao encerramento do expediente comercial, comunico que a sessão pública deste



18/11/2025 18:01



Sendo assim, senhores licitantes, em caso de eventual retorno à disputa fechada para o item nº9, nos termos



14/11/2025 13:16



Senhores licitantes, devido ao encerramento do expediente comercial, comunico que a sessão pública deste



13/11/2025 18:14



Senhores licitantes, devido ao encerramento do expediente comercial, comunico que a sessão pública deste



12/11/2025 18:26



Senhores licitantes, devido ao encerramento do expediente comercial, comunico que a sessão pública deste



11/11/2025 17:23



Senhores licitantes, devido à proximidade do encerramento do expediente e como não há mais tempo hábil



10/11/2025 16:52



07/11/2025 12:12



Senhores licitantes, devido à proximidade do encerramento do expediente e enquanto se aguarda a prévia

Incluir Aviso

